



A PROPOSTA DO DIÁLOGO NA IGREJA DO VATICANO II E SUA AFIRMAÇÃO NO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO

THE DIALOGUE PROPOSAL IN THE VATICAN II CHURCH AND ITS AFFIRMATION IN FRANCIS' MAGISTERIUM

LA PROPUESTA DE DIÁLOGO EN LA IGLESIA DEL VATICANO II Y SU AFIRMACIÓN EN EL MAGISTERIO DE FRANCISCO

Dirce Gomes da Silva*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Teologia.
Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: missoesdircegomes@gmail.com
ORCID: [0000-0001-7378-2443](https://orcid.org/0000-0001-7378-2443)

Elias Wolff*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Teologia.
Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: elias.wolff@pucpr.br
ORCID: [0000-0003-2479-2340](https://orcid.org/0000-0003-2479-2340)

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como o Vaticano II propõe o diálogo como algo próprio da fé cristã e da identidade eclesial, apontando a continuidade dessa proposta no magistério posterior, sobretudo no atual pontificado de Francisco. Com o método da análise qualitativa da bibliografia, apresenta a compreensão de diálogo na perspectiva conciliar, seus horizontes e sua implicação para a missão da Igreja. A pergunta central que a pesquisa visa responder é: como o Vaticano II e sua continuidade no magistério de Francisco propõe o diálogo com a sociedade, as culturas, as diferentes Igrejas e religiões? Como resposta, a pesquisa conclui que o diálogo é um elemento constitutivo da Igreja e da sua missão, e que desde o Vaticano II é afirmado de forma ampla tanto *ad intra* quanto *ad extra*. Hoje, o Papa Leão XIV, fiel ao Papa Francisco que se destacou na promoção do “diálogo como cultura” em sua proposta de reformas estruturais que situam a Igreja de modo relacional no mundo plural, e assumindo na Igreja as pautas socioculturais e políticas que propõem a fraternidade humana universal e a defesa da Casa Comum.

Palavras-chave: Diálogo; Concílio Vaticano II; Cultura; Religiões; Missão.

ABSTRACT

This article aims to understand how Vatican II proposes dialogue as something specific to the

*Doutorado e mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduada em Psicologia pela Universidade Paranaense e em Teologia pelo Claretiano Centro Universitário.

*Doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Santa Cruz.

Christian faith and ecclesiastical identity, pointing out the continuity of this proposal in the subsequent magisterium, especially in the current pontificate of Francis. Using the method of qualitative analysis of the bibliography, it presents the understanding of dialogue from the conciliar perspective, its horizons, and its implications for the church mission. The research aims to answer the central question: how do Vatican II and its continuity in Francis' magisterium propose dialogue with society, cultures, different churches, and religions? In response, the research concludes that dialogue is a constitutive element of the church and its mission and that since Vatican II it has been broadly affirmed both ad intra and ad extra. Today, Pope Leo XIV, faithful to Pope Francis—who stood out for promoting “dialogue as a culture” in his proposal of structural reforms that position the Church relationally within a plural world—and by embracing within the Church the sociocultural and political agendas that advocate universal human fraternity and the defense of our Common Home.

Keywords: Dialogue; Second Vatican Council; Culture; Religions; Mission.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender cómo el Vaticano II propone el diálogo como algo propio de la fe cristiana y de la identidad eclesial, señalando la continuidad de esta propuesta en el magisterio posterior, especialmente en el actual pontificado de Francisco. Utilizando el método de análisis cualitativo de la bibliografía, presenta la comprensión del diálogo desde la perspectiva conciliar, sus horizontes y sus implicaciones para la misión de la iglesia. La pregunta central que la investigación pretende responder es: ¿cómo el Vaticano II y su continuidad en el magisterio de Francisco propone el diálogo con la sociedad, las culturas, las diferentes iglesias y religiones? En respuesta, la investigación concluye que el diálogo es un elemento constitutivo de la iglesia y su misión, y que desde el Vaticano II ha sido ampliamente afirmado tanto ad intra como ad extra. Hoy, el Papa León XIV, fiel al Papa Francisco —quien se destacó por promover el “diálogo como cultura” en su propuesta de reformas estructurales que sitúan a la Iglesia de manera relacional en un mundo plural— y asumiendo en el seno de la Iglesia las agendas socioculturales y políticas que proponen la fraternidad humana universal y la defensa de la Casa Común.

Palabras Clave: Diálogo; Concilio Vaticano II; Cultura; Religiones; Misión.

1 INTRODUÇÃO

A Igreja é desafiada a situar-se de modo relacional no atual contexto sociocultural e religioso plural. O que acontece tanto revisando seu modo de ser em suas estruturas, mentalidade e ação, quanto lançando um novo olhar para o mundo plural, buscando compreender suas riquezas e seus valores no horizonte do Reino que se manifesta de múltiplas formas na história. Isso possibilita à Igreja uma interação positiva com os diferentes contextos e as diferentes formas de crer. Esta pesquisa analisa como o magistério do Vaticano II (1962–1965) e sua continuidade no pontificado do Papa Francisco contribui para isso. Verifica a proposta conciliar do diálogo como constitutivo do modo de a Igreja ser hoje, situada no mundo plural em que vivemos, e as implicações disso para a concepção e a prática da missão.

O concílio desafia a Igreja Católica a um novo impulso missionário marcado pela interação, convivência e cooperação com as sociedades e as diferentes formas de crer, no

mundo cristão e além. E, à esteira do concílio, o Papa Francisco propõe o “encontro feito cultura” (Francisco, 2020, n. 216–217) e a “cultura do diálogo como caminho” (Francisco, 2020, n. 285) da Igreja nos tempos atuais. Dada a pluralidade de interlocutores, o diálogo é proposto em sentido amplo, ninguém está excluído e torna-se imperativo para a Igreja e a sua missão.

Nosso objetivo aqui é retomar o ensino dialógico do concílio, expressar seus principais horizontes e mostrar como o magistério do Papa Francisco promoveu a perspectiva conciliar do diálogo. Estruturamos o nosso estudo em três partes: partimos da análise das condições para a Igreja dialogar, destacando a necessidade dela saber se situar no mundo plural e realizar um sincero esforço de atualização (*aggiornamento*) da sua mentalidade, com reformas estruturais na perspectiva sinodal; em um segundo momento, aprofundamos a compreensão dessa proposta em aspectos do diálogo nos horizontes *ad intra* e *ad extra*; e num terceiro passo de nosso estudo, colhemos algumas implicações desse processo para a missão da Igreja, superando a mentalidade conversionista e realizando-a como partilha de um dom: o projeto amoroso de Deus para toda a humanidade.

Assim, compreendemos que, após 60 anos de sua realização, o Vaticano II continua um marco fundamental para a orientação de uma postura dialogal da Igreja em nossos dias. E, com os Evangelhos, o concílio é hoje a fonte na qual a Igreja se abastece de sentido em sua caminhada histórica, vivida nas parcerias e nas iniciativas de cooperação social, ecumênica e inter-religiosa que promovem o Reino de Deus no mundo atual.

2 CONDIÇÕES PARA DIALOGAR: SITUAR-SE NO MUNDO PLURAL E AGGIORNAMENTO

O discurso de João XXIII, (1962, p. 4) na abertura do Concílio Vaticano II, aponta para uma mudança de perspectiva eclesial marcada por dois principais elementos: um processo de profunda revisão e reforma na Igreja, em sua teologia, estruturas e missão; e uma nova visão do mundo no qual a Igreja se situa, desenvolvendo novas relações com as realidades temporais e com as diferentes formas de crer, no cristianismo e além. Tanto no aspecto *ad intra* quanto *ad extra* da proposta conciliar, abre-se caminho para valorizar a realidade como *multi* ou *pluri*, sobretudo nos aspectos socioculturais e religiosos.

A concepção plural da realidade ganha força a partir da modernidade e se intensifica ainda mais na atual era considerada “pós-moderna” (Lyotard, 1979), ou “modernidade tardia” (Giddens, 1991), impulsionando as expressões de liberdade, autonomia e

independência nas vivências pessoais e coletivas. A pluralidade torna-se um paradigma que forma cosmovisões e comportamentos, com uma variedade de orientações de sentido para o viver humano (Ribeiro, 2020). Nisso, observa-se uma ênfase na subjetividade, formando um oceano cultural da *pós*modernidade ou *hiper*modernidade extremamente fragmentada, tensa e conflitiva. A subjetivação de princípios, opções e posturas pode tornar cada pessoa uma referência única para si mesma e para a compreensão do todo. Mas também abre campo para a afirmação da liberdade, da autonomia, da responsabilidade de cada pessoa pela sua história, o espaço onde está e a coletividade.

Historicamente, a Igreja sempre teve dificuldades para se situar dialogicamente no mundo plural. É verdade que esse mundo hoje, em muito, se distancia dos princípios cristãos. Sobretudo onde imperam traços culturais do individualismo, pelagianismo e relativismo. São movidos por uma razão técnico-científica pragmatista, calculista e previsível, em meio à aridez das ideologias secularizantes (Francisco, 2013, n. 61–67). Mas, mesmo criticando tais tendências, o Vaticano II propõe uma guinada na forma de a Igreja entender-se a si mesma, superando toda tentativa de homogeneização e uniformíssimo. Admitindo uma variedade legítima nas expressões do conteúdo comum da fé, em uma “unidade do Espírito que harmoniza todas as diversidades” (Francisco, 2013, n. 230); e uma guinada também na postura da Igreja em relação ao mundo e às culturas: não mais de condenação a quem pensa ou crê de modo diferente, mas na busca de compreensão e parcerias, mesmo que sinta a necessidade de sempre discernir as diferentes realidades à luz da fé cristã.

Não obstante, a constatação de que o mundo sofre de “um grave estado de indigência espiritual” (João XXIII, 2007, p. 12), hoje constata-se também que mesmo em meio às ambiguidades “[...] há um elemento de luz” (Francisco, 2019, n. 138), identificado como “um desejo de Deus, ainda que não tenha todos os contornos do Deus revelado” (Francisco, 2019, n. 84). É nesse mundo plural que a Igreja conciliar busca conviver, interagir, dialogar. Não mais tem sentido posturas isoladas com pretensão de hegemonia das referências que explicam o conjunto da realidade. Urge da Igreja o esforço para *caminhar juntos* na busca da verdade, oferecendo o que possui e acolhendo as ofertas de diferentes procedências que contribuem para a pregação do Evangelho com plausibilidade de acolhida nas diferentes latitudes e contextos.

É para isso que, desde o Vaticano II, a Igreja realiza um significativo esforço de revisão interna, *aggiornamento*, vive um processo de “reforma perene” (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 6), que se intensifica no pontificado de Francisco em sua amplitude

e profundidade, “capaz de transformar tudo” (Francisco, 2013, n. 27). A Igreja “em saída” (Francisco, 2013, n. 20–24) assume a consciência de peregrina junto a tantos outros no mundo atual, e “primeireia” no encontro, no envolvimento, na oferta da misericórdia e da solidariedade para todas as pessoas, sobretudo quem mais sofre vulnerabilidades sociais (Francisco, 2013, n. 24).

Em uma postura kenótica, a Igreja entende que não é perfeita, tem “deficiências, quer nos costumes, quer na disciplina eclesiástica, quer também no modo de enunciar a doutrina” (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 6). E o esforço de fidelidade ao Evangelho exige que “tudo seja reta e devidamente reformado no momento oportuno (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 6). Reforma, nesse sentido, é algo próprio da Igreja enquanto organismo vivo, dinâmico, criativo, movida pelo Espírito nos caminhos do Reino. A razão desse processo é pastoral e missionária, as estruturas eclesiais precisam se tornar “um canal proporcionado mais à evangelização que à autopreservação” (Francisco, 2013, n. 27). A “conversão pastoral” (Francisco, 2013, n. 35-36) faz com que a presença da Igreja no mundo evite toda “introversão eclesial” (*Ecclesia in Oceania*, 2001, n. 19), auto defensiva ou o refúgio nas próprias seguranças (Francisco, 2013, n. 45). Tal é condição para que se possa bem interpretar os “sinais dos tempos” (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 4) em resposta às interpelações que o mundo apresenta para o Evangelho.

3 O DIÁLOGO: PROPOSTA E HORIZONTES

É nesse contexto que o diálogo, em sentido amplo, é afirmado como elemento constitutivo da Igreja e da missão. A Igreja, na perspectiva do Vaticano II, não mais caça erros e heresias para combater, mas visa compreender e dialogar com quem pensa ou crê diferente. Assim, estabelece novas relações com o mundo contemporâneo (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 3.40; Decreto *Presbyterorum Ordinis*, 1965, n. 12; Decreto *Christus Dominus*, 1965, n. 13), as ciências e as culturas, propondo “o diálogo social para uma nova cultura” (Francisco, 2020, n. 199–205); com as diferentes tradições eclesiais, buscando a unidade na fé cristã (Francisco, 2013, n. 244–246); e com a diversidade religiosa (Declaração *Nostra Aetate*, 1965, n. 01; Declaração *Dignitatis humanae*, 1965, n. 15; Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 92; Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 16.34.41; Francisco, 2013, n. 25–254), estimulando iniciativas em favor da paz no mundo a partir das convicções próprias de cada credo.

A Igreja está aberta, enfim, ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade (Decreto *Apostolicam Actuositatem*, 1964, n. 14) que “buscam sinceramente a verdade, a bondade e a beleza [...] no compromisso pela defesa da dignidade humana, na construção de uma convivência pacífica entre os povos e na guarda da criação” (Francisco, 2013, n. 257). Importa “pensar e gerar um mundo aberto” (Francisco, 2020, cap. III) que supere “um mundo de sócios” (Francisco, 2020, 101–102) pelo “amor universal que promove as pessoas” (Francisco, 2020, n. 106.111), sobretudo as pobres e injustiçadas.

Esses horizontes do diálogo apresentam, cada um, seu próprio interlocutor, bem como objetivos e métodos, conforme os tempos, contextos e sujeitos envolvidos. Não obstante, estão de algum modo relacionados quando concorrem para a promoção da vida na/da Casa Comum (*Laudato Si*). O que ressaltamos é que, assim, a partir do Vaticano II, o “diálogo passa a ser elemento constitutivo da Igreja” (Wolff, 2007, p. 75), possibilitando uma virada de paradigma teológico (Usarski, 2018) que atualiza a compreensão do seu *modus essendi et operandi* em perspectiva relacional. A encíclica de Paulo VI, *Ecclesiam suam* (1964), foi o primeiro documento magisterial a apresentar o diálogo como conteúdo e método da missão da Igreja, tendo confirmação no magistério eclesial posterior até os dias de hoje.

Dois elementos se destacam na proposta do diálogo na Igreja e na missão: primeiramente, a raiz antropológica do diálogo, como constitutivo do ser pessoa. A Igreja aprofunda essa compreensão com antropólogos e filósofos na qualidade de Emmanuel Levinàs (1947; 1988; 1997), Martin Buber (2007), o personalismo de Emanuel Mounier (2004), entre outros. Cada pessoa tem um modo próprio de se comunicar, com linguagens e códigos distintos e considerar isso é condição para diálogos positivos: “a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona” (Francisco, 2015, n. 240). E para isso, cada indivíduo precisa de um “tempo de qualidade” (Francisco, 2016, n. 138) para a relação com os outros; uma “amplitude mental” para não se fechar em ideias limitadas, e “flexibilidade” para mudanças necessárias (Francisco, 2016, n. 139). Afinal, “é junto que se constroem os sonhos” (Francisco, 2020, n. 8), requerendo “gestos de solicitude pelo outro”, não o ver como “concorrente” quando é diferente (Francisco, 2016, n. 140). E isso se aprende com o diálogo, sabendo o que dizer e encontrando a forma adequada de se expressar (Francisco, 2016, n. 141).

Segundo o diálogo na Igreja tem uma dimensão teológica: origina-se na fé em Deus Trindade, que se configura como relação das três pessoas igualmente divinas: “As pessoas divinas são relações subsistentes” (Francisco, 2015, n. 240). Deus estabelece um diálogo

permanente com a humanidade (Constituição dogmática *Dei Verbum*, 1965, n. 2-5), tendo na encarnação do Filho a expressão maior dessa relação. A partir do Pentecostes, Deus continua dialogando, indistintamente, com as pessoas, os povos, as culturas, os credos. Enquanto participam desse diálogo, respondendo aos impulsos do Espírito, as pessoas descobrem que têm impressa em si mesmas a característica relacional do Criador: “toda criatura traz em si uma estrutura propriamente trinitária” (Francisco, 2015, n. 239); pela relação, cada criatura “assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a criação” (Francisco, 2015, n. 240). A Igreja tem especial participação nesse diálogo, como meio pelo qual as pessoas podem responder aos apelos divinos. Nisso consiste a sua missão. Com base a esses dois pilares, têm-se as dimensões do diálogo no concílio e na Igreja do nosso tempo, que aqui apresentamos resumidamente nos horizontes *ad intra* e *ad extra*.

3.1 O diálogo *ad intra*

O diálogo instaura um processo interno à própria Igreja, na busca de integração e interação entre as diferentes formas de pertença eclesial e as diversas instâncias eclesiais. Propõe uma corresponsabilidade de todos os fiéis, seja exercitando o sacerdócio comum (Constituição, *Lumen Gentium*, 1964, n. 10), pois “todo o povo de Deus anuncia o Evangelho” (Francisco, 2013, n. 111–114), seja integrando a hierarquia no conjunto do povo de Deus (Constituição, *Lumen Gentium*, 1964, cap. II), em um “prazer espiritual de ser povo” (Francisco, 2013, n. 268). A colegialidade episcopal possibilita intercâmbios e solidariedade entre as Igrejas locais, mostrando que os bispos são “partícipes da solicitude de todas as Igrejas” (Decreto *Christus Dominus*, 1965, n. 3), o que é explicitado ainda mais com o atual sínodo sobre a sinodalidade (2021–2024). O Vaticano II afirma o princípio da subsidiariedade como algo próprio das autoridades eclesiais, de modo que o primado petrino melhor valorize o governo das Igrejas locais (Constituição, *Lumen Gentium*, 1964, n. 24).

O Papa Francisco esforçou-se para uma equilibrada e justa relação entre a Igreja Universal e a Igreja Local, entendendo que a Igreja Local “é o sujeito primário da evangelização” (Francisco, 2013, n. 30), e “as conferências episcopais podem aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas” (Francisco, 2013, n. 32), de modo que “não convém que o Papa substitua os episcopados locais” (Francisco, 2013, n. 16). O princípio da subsidiariedade faz também que os bispos

valorizem o ministério dos presbíteros (Francisco, 2013, n. 28) e que os párocos valorizem a preciosa contribuição dos conselhos pastorais, onde o laicato se integra, superando o clericalismo.

Isso exige que no seio da Igreja aconteçam progressos na estima, no respeito e na mútua concórdia, de modo a favorecer o reconhecimento de todas as diversidades legítimas, para estabelecer um diálogo incessante e mais fecundo entre todos os que formam o único povo de Deus (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 92). Tem-se, assim, uma real “descentralização” (Francisco, 2013, n. 16) das decisões sobre a vida eclesial, pois todo o povo de Deus é, pela unção do Espírito, “infalível *in credendo*” (Francisco, 2013, n. 119), com uma “sabedoria intuitiva” para colaborar na missão da Igreja. Nas paróquias, particularmente, o papa argentino critica duramente o clericalismo como um dos males mais expressivos na Igreja (Francisco, 2013, n. 102), e pede um novo jeito de evangelizar que implique “um novo protagonismo de cada um dos batizados” (Francisco, 2013, n. 120). A sua proposta do sínodo sobre a sinodalidade (2021–2024) visa afirmar a Igreja e a missão como um *caminhar juntos*, no espírito da comunhão e participação que caracteriza o ser comunidade.

A Igreja mantém, como instituição social, seus centros administrativos e de coordenação, desde o nível paroquial até a cúria romana. Mas tais centros não se entendem como únicos capazes de decidir sobre a fé e a missão cristã. Eles precisam ser instâncias de diálogo, catalisadores das diversas compreensões e contribuições sobre o modo de ser Igreja e de realizar a sua missão. E assim aprende-se a viver a unidade na diversidade, pois a própria fé católica tem diferentes modalidades de expressão e de pertença à Igreja (Francisco, 2013, n. 68), e “não faria justiça à lógica da encarnação pensar num cristianismo monocultural e monocórdico” (Francisco, 2013, n. 117).

3.2 O diálogo *ad extra*

O exercício do diálogo *ad intra* se expressa nas relações *ad extra* que a Igreja desenvolve, buscando integrar as diferentes realidades socioculturais e religiosas em projetos que visem o bem comum: “para a Igreja Católica é sempre uma alegria construir pontes de diálogo com comunidades, pessoas e organizações”. Trata-se de uma Igreja que cultiva “o encontro feito cultura” (Francisco, 2020, n. 216-217) e a “cultura do diálogo”, sendo companheira no caminho que conduz a um mundo de justiça, paz, liberdade e promoção da vida no/do planeta.

3.2.1 O diálogo com o mundo

A Igreja, na perspectiva conciliar, é sensível aos “sinais dos tempos” que expressam as diversas situações das pessoas e dos povos. Ela capta as rápidas e profundas mudanças em todos os âmbitos da vida social (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 7), assumindo para si as “alegrias e tristezas, esperanças e angústias” (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 1) da humanidade. No mundo contemporâneo, as ciências e as culturas produzem a sociedade industrial e a civilização urbana, com mudanças significativas para todos os segmentos da sociedade (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 5-7). Isso pode ser expressão de progresso, mas manifesta também ambiguidades:

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poderio econômico; no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda analfabetos (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 4).

Enfim, “aumentou a riqueza, mas não a equidade”, gerando “novas pobreza” (Bento XVI, 2009, n. 22). O Papa Francisco identifica nisso “sombras de um mundo fechado” (Francisco, 2020, n. 13–55) e “sonhos desfeitos em pedaços” (Francisco, 2020, n. 10–12), devido a uma “globalização e progresso sem rumo comum” (Francisco, 2020, n. 29) que ferem a dignidade humana (Francisco, 2020, n. 37.41) e causam a “cultura do descarte” (Francisco, 2020, n. 188). Vivemos em um mundo sem projetos para todas as pessoas, devido a uma “economia da exclusão” (Francisco, 2013, n. 53–54), a desigualdade social que gera violência (Francisco, 2013, n. 59–60), o individualismo que desintegra o tecido social (Francisco, 2013, n. 67), agravando os inúmeros problemas de ordem pessoal, familiar e social (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 8).

No aspecto cultural, as sociedades atuais expressam uma rica diversidade nos estilos de vida, hábitos, visão de mundo, o sentido da realidade. A “cultura indica todos esses meios pelos quais as pessoas se desenvolvem e aperfeiçoam suas muitas qualidades corporais e espirituais” (Congregação para a Doutrina Católica, 2013, n. 31). Os costumes que daí surgem formam o “patrimônio cultural de cada comunidade humana” (Congregação para a Doutrina Católica, 2013, n. 32). De outro lado, porém, há um desencontro das culturas. Tendências ideológicas e de poder sociopolítico buscam impor padrões de vida que pretendem se afirmar hegemonicamente. Sistemas epistêmicos neocolonialistas se globalizam, fragilizando culturas e sabedorias locais. Impõe-se o uniformíssimo onde

impera o integrismo, o exclusivismo e o absolutismo. Tal fato não favorece uma interação positiva entre as culturas identitárias das pessoas e dos povos, obstaculizando a “cultura do encontro”.

É nesse mundo que a Igreja, em perspectiva conciliar, é chamada a realizar “a missão que se encarna nas limitações humanas” (Francisco, 2013, n. 40–45). Não para “ensinar”, “corrigir” ou “condenar”, mas para “dialogar e cooperar” nos processos de justiça, liberdade, dignidade e paz. Aí, a Igreja faz-se companheira, servidora e solidária (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 1-2). Particularmente, reconhecerá Cristo nas pessoas que compõem as mazelas sociais, sofrem miserabilidades (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 88; Constituição *Lumen Gentium*, 1964, n. 8) e esperam por um amor traduzido em obras de caridade (Decreto *Apostolicam Actuositatem*, 1964, n. 8). Nessa direção, a opção pelos pobres é “uma opção fundamental que precisamos tomar para reconstruir este mundo” (Francisco, 2020, n. 67). Tal opção é “implícita na fé cristológica” (Conselho Episcopal Latino-Americano, 2007, n. 393) e, portanto, da missão da Igreja.

Assim, o diálogo social e intercultural mostra uma interdependência entre os povos que contribui para a fraternidade universal. Isso desafia para uma globalização da solidariedade, com a inclusão de todas as pessoas e os povos na única família humana. Percorrem-se, então, os caminhos da promoção da “vida em abundância” (Bíblia, 2020, João 10,10, p. 1869), um verdadeiro desenvolvimento humano e social que conduz à comunhão da raça humana como uma família. Tal é o diálogo em prol da fraternidade universal, superando toda estranheza que impede o mútuo reconhecimento como irmãos/ãs (Francisco, 2020, n. 106).

Esse espírito de irmandade estende-se a toda a criação, de modo que a cultura da vida precisa ser promovida de modo planetário. A gravidade das questões ambientais hoje interpela os povos para um novo estilo de vida e de relação com a natureza, comprometendo-se com o cuidado da Casa Comum. A vida no/do planeta está ameaçada e a degradação ambiental afeta o bem-estar de cerca de 3,2 bilhões de pessoas, ou seja, 40% da população mundial. Por isso, urge ouvir o grito da terra e dos pobres (Francisco, 2015, n. 49), simultaneamente. O diálogo contribui para isso, possibilitando uma “ecologia integral” (Francisco, 2015, cap. IV), humana, social, cultural e espiritual. Afinal, “o urgente deságio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral” (Francisco, 2015, n. 13).

3.2.2 O diálogo ecumênico

O Vaticano II situa a Igreja Católica no contexto de pluralismo eclesial, entendendo que nesse meio se manifesta uma divisão que é “escândalo para o mundo e um obstáculo para a missão” (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 1). Naturalmente, nem tudo no pluralismo eclesial é divisão, mas essa é uma realidade que, infelizmente, se destaca na diversidade de Igrejas. Para superar isso, há um só caminho: o diálogo. E o concílio apresenta critérios e princípios doutrinários para esse diálogo (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 2-4), visando a busca da comunhão na fé em Cristo. Entendendo o ecumenismo como um impulso da ação do Espírito Santo (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 2), uma “necessidade da Igreja” e “oportunidade dos tempos” (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 6), o concílio exorta os fiéis para que se relacionem positivamente como pertence a outras Igrejas, cooperem com eles/as (Decreto *Unitatis Redintegratio*, 1964, n. 5-12).

O magistério posterior dá continuidade ao ensino ecumênico do concílio: Paulo VI fortalece o Secretariado para a Unidade dos Cristãos (atual Dicastério para a Promoção da Unidade Cristã), criado por João XIII para preparar o concílio e nele fortalecer a reflexão sobre o ecumenismo; e João Paulo II escreve uma encíclica sobre o ecumenismo: *Ut unum sint* (1995); Roma participa de diálogos oficiais com outras Igrejas, e orienta que as Igrejas locais criem estruturas que favoreçam o ecumenismo na pastoral. Fortalecendo essas iniciativas, o Papa Francisco entende que “a credibilidade do anúncio cristão seria muito maior se os cristãos superassem as suas divisões” (Francisco, 2013, n. 244). Lembra todas as pessoas cristãs que somos peregrinos/as e “devemos abrir o coração ao companheiro de estrada sem medos nem desconfianças, e olhar primariamente para o que procuramos: a paz no rosto do único Deus” (Francisco, 2013, n. 244).

Assim, Francisco continua na via ecumênica do Vaticano II, mostrando que o ecumenismo é tanto fundamental para a unidade na fé, quanto “uma contribuição para a unidade da família humana” (Francisco, 2013, n. 245). Enfatiza a Igreja da proximidade, do encontro e do diálogo que a tornam lugar de testemunho da comunhão do Deus Trinitário, cujo amor se extravasa e gera na história humana a comunidade do povo de Deus a caminho do Reino. Não obstante, o diálogo ecumênico está estagnado em nossos dias. As conversações doutrinárias produziram alguns frutos importantes, como uma concepção comum de Igreja em sentido amplo (corpo de Cristo, templo do Espírito, Povo de Deus); o

mútuo reconhecimento do Batismo e da possibilidade da hospitalidade eucarística; acordos cristológicos importantes com as Igrejas Orientais.

Emergem hoje novas questões que as Igrejas não conseguem ainda dialogar com serenidade, como as questões de gênero, a sexualidade, o lugar e o papel da mulher na Igreja, o sujeito dos ministérios ordenados, a concepção de matrimônio, as biotecnologias, a digitalização da vida social e religiosa, a inteligência artificial. São questões que estão na ordem do dia na sociedade e penetram também nas Igrejas, interpelando a fé cristã. Elas requerem uma revisão das doutrinas clássicas, mas essa revisão acontece a passos lentos e com muita resistência. É de se esperar que a proposta de uma Igreja *em saída* contribua para integrar essas questões na pauta ecumênica, possibilitando um diálogo fecundo, com serenidade e lucidez da fé, entre as diferentes Igrejas do nosso tempo.

3.2.3 O diálogo inter-religioso

O Vaticano II é o primeiro concílio a lançar um olhar verdadeiramente positivo às diferentes tradições religiosas da humanidade, notoriamente nas Declarações *Nostra aetate* (NA) e *Dignitatis humanae* (DH), embora se posicione também em outros documentos conciliares (Constituição, *Lumen Gentium*, 1964, n. 16; Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 22; Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 3. 7 — 9.11). O concílio reconhece a positividade das religiões em seus “elementos estimáveis, religiosos e humanos” (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965, n. 92), de verdade e santidade (Declaração *Nostra Aetate*, 1965, n. 2), “elementos de verdade e de graça” (Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 9), “coisas verdadeiras e boas” (Constituição *Lumen Gentium*, 1964, n. 16). Propõe à Igreja uma postura de diálogo para com elas, o que requer rever objetivos e métodos da missão, numa busca de cooperação entre os credos para a construção da fraternidade universal (Declaração *Nostra Aetate*, 1965, n. 5); e afirma o princípio da liberdade religiosa vinculada com a afirmação da dignidade da pessoa (Declaração *Dignitatis humanae*, 1965, n. 2).

Em uma perspectiva exclusivista, os padres conciliares entendem os elementos de verdade e santidade nas religiões no horizonte da teologia patrística dos *semina verbi* (Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 11,15), como “um reflexo” da verdade que ilumina toda a humanidade (Declaração *Nostra Aetate*, 1965, n. 2). Impulsiona, assim, a entender os diferentes credos como um “patrimônio espiritual para toda a humanidade” e um “convite eficaz ao diálogo” (Declaração *Nostra Aetate*, 1965, n. 2,3; Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 11). Não obstante, os questionamentos a tal inclusivíssimo, principalmente oriundos de uma

teologia das religiões em perspectiva pluralista (Haigh 2003; Vigil, 2006; Ribeiro, 2020), é inegável sua contribuição para auxiliar a Igreja a ter uma interação positiva com o pluralismo religioso. Tal fato estimula os esforços para revisão de noções cristãs como revelação e salvação (Queiruga, 2010; Knitter, 2008, p. 301–18), superando o axioma *extra ecclesiam nulla salus* afirmado até as vésperas do Vaticano II, tendo o Concílio de Florença (1439) com um de seus marcos.

O magistério pós-conciliar dá continuidade à orientação sobre o diálogo inter-religioso (Secretariado para os Não-Cristãos, 1984; Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso e Congregação para a Evangelização dos Povos, 1991). Com o Papa Francisco, o diálogo entre os credos é proposto como “uma atitude de abertura, na verdade, e no amor” (Francisco, 2013, n. 250). Por ser “atitude”, o diálogo é enraizado no modo de ser de cada pessoa, envolvendo opções, valores, sentimentos, condições psicológicas e culturais de cada um. Trata-se de uma “‘abertura do coração’ que é a condição para uma cultura do encontro” Desse modo, “A Igreja abre-se ao diálogo por fidelidade ao homem” (Secretariado para os Não-Cristãos, 1984, n. 21). E para isso, é preciso ter.

a coragem da alteridade, que supõe o pleno reconhecimento do outro e da sua liberdade com o consequente compromisso de me gastar para que os seus direitos fundamentais sejam respeitados sempre, em toda parte e por quem quer que seja (Francisco, 2019, p. 3).

Por isso, o diálogo não visa apenas um entendimento mútuo entre as religiões, mas possibilitar a convivência fraterna entre pessoas e povos, ele é “condição necessária para a paz no mundo” (Francisco, 2013, n. 250) e a defesa da criação (*Laudato Si’*). O diálogo tem, portanto, um caráter de mediação a serviço da promoção da vida humana e do planeta. E é importante observar que, para isso, o diálogo precisa ser constitutivo da própria fé, não supõe o abandono das convicções religiosas identitárias. Ao contrário, é uma possibilidade de afirmá-las ao mesmo tempo, em que reconhece o valor da alteridade (Francisco, 2013, n. 251). Daqui porque o diálogo verdadeiro evita o “sincretismo conciliador” e a mera “abertura diplomática” (Francisco, 2013, n. 251), que negam tanto a própria identidade e os próprios valores, quanto a identidade e os valores do outro.

Nesse contexto, um grande desafio a ser enfrentado é a afirmação da liberdade religiosa, pois “ninguém deve ser forçado a agir contra a sua consciência” (Declaração *Dignitatis humanae*, 1965, n. 3), de modo que se deve evitar toda imposição e as “odiosas generalizações” (Francisco, 2013, n. 253) na acusação de quem utiliza mal sua religião para promover conflitos. Em um mundo onde se apregoa democracia e liberdade de expressão,

observa-se também o crescimento de posturas religiosas intolerantes e exclusivistas, fundindo questões religiosas com questões socioculturais.

Há lugares onde se afirmam teocracias que sacralizam a política e alimentam a perseguição a diferentes credos,

A liberdade religiosa é violada em quase um terço dos países do mundo (31,6%) onde vivem dois terços da população mundial. Em um total de 196 países, 62 enfrentam violações muito graves da liberdade religiosa (Ajuda a Igreja que sofre - ACN-Brasil, 2021, p. 1).

O tema da liberdade religiosa não é tratado com tranquilidade pela Igreja até o Vaticano II¹. Mas com esse concílio, a Igreja afirma corajosamente a liberdade fundamentada na dignidade de toda pessoa, “imagem e semelhança” de Deus (Bíblia, 2020, Gênesis 1, 26, p. 34), como conhecida pela revelação e pela razão (Declaração *Dignitatis humanae*, 1965, n. 2). Na Declaração comum de Abu Dabhi, (2019) o Papa Francisco aponta para um corajoso consenso de que “a sabedoria divina é a origem donde deriva o direito à liberdade de credo e à liberdade de ser diferente” (Francisco; Al-tayyeb, 2019, p. 5). Por isso, urge uma educação para o diálogo que reconheça e promova o direito das alteridades religiosas:

educar para a abertura respeitosa e o diálogo sincero com o outro, reconhecendo os seus direitos e liberdades fundamentais, especialmente a religiosa, constitui o melhor caminho para construir “juntos” o futuro, para ser “construtores de civilização”. Porque a única alternativa à “civilização do encontro” é a “incivilidade do conflito”; não há outra (Francisco, n. 2017, p. 2).

4 IMPLICAÇÕES DO DIÁLOGO PARA A MISSÃO DA IGREJA

É importante verificar como a proposta de uma Igreja em diálogo incide na compreensão e realização que a Igreja tem da sua missão evangelizadora. O concílio enraíza a missão da Igreja no envio que Cristo faz de seus discípulos para pregar o Evangelho e batizar em nome do Deus Trindade (Bíblia, 2020, Mateus 28, 19-20, p. 1758; Decreto *Ad Gentes*, 1965, n. 5). A missão é, assim, continuidade da ação do próprio Cristo, que consiste em expressar o amor de Deus para com a humanidade e seu desígnio salvífico universal (Bíblia, 2020, Atos dos Apóstolos 4,12, p. 1907; Bíblia, 2020, 1Timóteo 2,3-5, p. 2070). Deus

¹ Lembremos, por exemplo, que o concílio de Florença (1439) condenou tacitamente quem não era membro da Igreja; ou o *Dictatus Papae*, de Gregório VII (1075) e a Bula *Unam sanctam* de Bonifácio VIII (1302), que exigiram a submissão dos poderes civis ao poder pontifício, ou, ainda, a condenação do modernismo científico e cultural no *Syllabus* de Pio IX (1864).

quer “que todas as pessoas sejam salvas e cheguem ao pleno conhecimento da verdade” (Francisco, 2013, n. 9-18; João Paulo II, 1990, n. 41). O *standard* é o próprio Jesus, verbo encarnado que veio para Evangelizar (Bíblia, 2020, Lucas 4,18, p. 1794; Decreto *Ad gentes*, 1965, n. 3) e no qual o Reino de Deus vem ao mundo (Bíblia, 2020, Lucas 11,20, p. 1809). E a Igreja é “sinal e instrumento do Reino” (Constituição, *Lumem Gentium*, 1964, n. 5), na história humana.

A finalidade da sua atividade missionária vai além de uma perspectiva tarefaira ou territorial, ela realiza a missão interpretando os “sinais dos tempos” e tornando-se “plenamente presente” na humanidade para conduzir “à fé, liberdade e paz de Cristo”, o que acontece por diferentes meios, como o testemunho, a pregação, os sacramentos e demais meios da graça (Francisco, 2013, n. 5). O que se busca é fazer com que Deus seja plenamente glorificado, e a libertação chegue a todos os povos até a plenitude escatológica (Bíblia, 2020, Mateus 11, 4-6, p. 1722; Constituição, *Lumem Gentium*, 1964, n. 9b; Francisco, 2013, n. 9).

Em comunhão com o concílio, o Papa Francisco afirma a missão na própria natureza da Igreja (Francisco, 2013, n. 12) e na essência do discipulado: “A missão está no coração do povo [...] é algo que não posso arrancar do meu ser” (Francisco, 2013, n. 273). A todas as pessoas a Igreja anuncia a *alegria do Evangelho*, na liberdade e na gratuidade vividas pelo próprio Cristo. Em particular, enfatiza a misericórdia como sendo a natureza de Deus (Francisco, 2013, n. 24), e a solidariedade para com todas as pessoas sofredoras (Francisco, 2013, n. 68.). Tal é o que caracteriza uma Igreja *em saída* para o encontro e o diálogo com as pessoas, os povos, as culturas as diferentes formas de crer (Wolff, 2023). O novo em Francisco está em incentivar para que a mentalidade missionária supere de vez o pensamento epistêmico da cristandade colonialista. Ele a situa no horizonte da pós-modernidade, pós-colonialidade e pluralidade do mundo atual. O desenvolvimento das ciências, da cultura urbana e da inteligência artificial talvez seja o que mais expressa esse contexto, pelo que “precisamos de outros ‘mapas’, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes” (Francisco, 2019a, p. 4).

É nesse sentido que uma nova concepção de missão requer reformas na Igreja, amplas e profundas, para que ela seja mais propícia à evangelização. A perspectiva de “saída” acontece como uma “conversão pastoral” em chave missionária e na perspectiva sinodal, como “testemunho de trabalho, de escuta, de busca” (Francisco, 2019a, p. 1) conjunta da verdade do Evangelho. Aqui a cultura do encontro e do diálogo inerente à missão da Igreja, estimulando uma real corresponsabilidade que “começa por escutar o povo” (Francisco, 2015, p. 3), enfatizando o sacerdócio comum dos fiéis.

Essa proposta missionária projeta a Igreja para além de si mesma, explicitando a dimensão social da evangelização, pois “se esta dimensão não for devidamente explicitada, corre-se sempre o risco de desfigurar o sentido autêntico e integral da missão evangelizadora” (Francisco, 2013, n. 176). Vemos isso na ênfase que Francisco dá ao cuidado da Casa Comum, pelo incentivo a uma “ecologia integral”; à busca da fraternidade humana universal, sendo a Igreja “ponte” para unir as pessoas e os povos em uma verdadeira família; ao Pacto Educativo Global (Francisco, 2019b, p. 19), ajudando as pessoas e os povos a assumirem um novo estilo de vida que supere a proposta da globalização mercantilista.

Nessa dinâmica, a missão evangelizadora da Igreja integra a busca da conversão espiritual à conversão ecológica e à conversão fraterna que globaliza a solidariedade, pois “uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (Francisco, 2015, n. 49). Então a missão contribui para superar, de um lado, tanto o antropocentrismo quanto o paradigma tecnocrático na tentativa de solucionar as crises socioambientais (Francisco, 2015, n. 107.111.119.199); e de outro lado, supera a colonialidade epistêmica ocidental que orienta a globalização em detrimento das culturas locais. E desse modo, a proposta da missão da Igreja é o Reino de Deus Bíblia, (2020, Lucas, 4, 43, 1796): “À medida que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos” (Francisco, 2013, n. 180).

Nesse processo é que se estabelece um vínculo entre o diálogo e a missão evangelizadora da Igreja: “Longe de se contraporem, evangelização e diálogo inter-religioso apoiam-se e alimentam-se reciprocamente” (Francisco, 2013, n. 251). Esse diálogo acontece como partilha, como propõe o documento do Secretariado para os não Cristãos, “Diálogo e missão” (Secretariado para os não Cristãos, 1984, n. 40): “no diálogo, o cristão alimenta normalmente no seu coração o desejo de partilhar a sua experiência de Cristo com o irmão de outra religião” (Bíblia, 2020, Atos dos Apóstolos At 26,29, p. 1950; *Ecclesiam Suam*, 1964, n. 46). Assim, o próprio diálogo já é missão por possibilitar a partilha da própria fé, sabendo que nesse processo “é igualmente natural que o outro crente deseje algo semelhante” (Secretariado para os não Cristãos, 1984, n. 40).

Resta o desafio de superar a compreensão do diálogo como meio de conversão, indo além da perspectiva de mudança de instituição religiosa. A conversão deve ser para Deus mais do que para outra doutrina. E então o diálogo visa “a edificação do Reino” (Secretariado para os não Cristãos, 1984, n. 41–44) que não se enclausura numa determinada religião. A

pregação da fé em Cristo como partilha de um dom, proposto e não imposto, faz com que o diálogo questione a ênfase excessiva de converter o mundo a Cristo, e coloca maior ênfase no testemunho dos cristãos e no serviço ao mundo (Ariarajah, 2011, p. 35, Apud, Ribeiro, 2014, p. 73). Assim, a Boa Notícia ‘sobre’ e ‘de’ Jesus Cristo é levada de maneira dialógica aos povos

a missão não é “ganhar”, “conquistar”, “concentrar”. Evangelizar é uma partilha autêntica d’a graça de Deus, da vida em abundância oferecida em Cristo por meio do Espírito Santo, e que não pode destruir a comunidade nem aumentar o ódio (Wolff, 2018, p. 116).

Isso requer uma compreensão da condição em que se encontram os membros das religiões em relação à graça. Essas pessoas podem viver na justiça divina e serem associadas ao mistério pascal “pelos modos que só Deus conhece” (Constituição *Gaudium et Spes*, 1965 n. 22). O Espírito age em seu meio, e “tende a produzir sinais, ritos, expressões sagradas” (Francisco, 2013, n. 254) que lhes possibilita experiências comunitárias no “caminho para Deus” (Francisco, 2013, n. 254). Tais elementos “podem ser canais que o próprio Espírito suscita” na vida dos membros das religiões (Francisco, 2013, n. 254). E se são efeitos da ação do Espírito, qualifica a sua experiência religiosa libertando do “imanentismo ateu” ou do individualismo religioso, possibilitando “diferentes formas de sabedoria prática” (Francisco, 2013, n. 254) para viver na paz e harmonia cotidianamente.

Isso faz com que o diálogo seja tanto método quanto conteúdo da missão, lhe é constitutivo (João Paulo II, 1990, n. 55). Em um mundo caracterizado por individualismos, polarizações, intolerâncias, xenofobias e preconceitos que geram tensões e conflitos entre pessoas, povos, culturas e credos, a missão da Igreja tem uma fundamental responsabilidade de favorecer a tolerância, o respeito, a colhida e a convivência harmoniosa das diferenças. E para isso, se requer um diálogo amplo, sociocultural, ecumênico e inter-religioso, que ajude pessoas e povos a conviverem “em um único mundo, em um projeto comum” (Francisco, 2015, n. 164), com honestidade e transparência no tratamento das questões que dizem respeito a todos/as.

É um diálogo inclusivo, preferencialmente das pessoas mais frágeis, e capaz de integrar as diferentes perspectivas. Isso supera tendências hegemônicas na compreensão da realidade, desenvolvendo perspectivas decoloniais e promovendo modelos sociais alternativos. A Igreja sabe quão arriscado é “pronunciar uma palavra única como propor uma solução que tenha um valor universal” (Francisco, 2013, n. 184). Ela entende que precisa “discernir e assumir sem medos as diversificadas expressões culturais dos povos”

(Pontifício Conselho Justiça e Paz - Compêndio da Doutrina social da Igreja, 2011, n. 110), abandonando de vez “uma tradição colonial monocultural, clericalista e impositiva”.

Nessa direção, Francisco impulsiona a perspectiva dialógica do Vaticano II num aprendizado de “habitar a casa dos outros” (Pontifício Conselho Justiça e Paz - Compêndio da Doutrina social da Igreja, 2011, n. 113), viver nas fronteiras e ser capaz de “Papa Francisco, construir pontes que unam” (Francisco, 2020, n. 62). Isso é condição também para discernir fronteiras que necessitam de abordagens e cuidados especiais, como os povos indígenas (Pontifício Conselho Justiça e Paz - Compêndio da Doutrina social da Igreja, 2011, n. 27), as pessoas migrantes (Pontifício Conselho Justiça e Paz - Compêndio da Doutrina social da Igreja, 2011, n. 29), os jovens (Pontifício Conselho Justiça e Paz - Compêndio da Doutrina social da Igreja, 2011, n. 30). Ainda afirma o Documento preparatório para o Sínodo da Amazônia, na direção de cuidar do planeta, assumindo “a mística da interligação e interdependência de tudo o que foi criado e dado” (Secretaria geral do sínodo dos bispos, 2018, n. 74), afinal “tudo está interligado” (Francisco, 2015, n. 16. 91. 117.138.240).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vaticano II colocou a Igreja nos caminhos do diálogo, entendendo que o diálogo é constitutivo da fé no Deus cristão, que é plural e relacional em si mesmo e, como tal, entra em diálogo com a humanidade. E como consequência dessa fé, a Igreja e sua missão são também dialógicas. O diálogo, portanto, configura o *modus essendi et operandi* da Igreja, situando-a no atual mundo plural onde ela testemunha e partilha sua fé.

Diálogo foi o caminho trilhado no próprio concílio, o primeiro verdadeiramente universal, no qual as diferentes Igrejas locais puderam se expressar com suas marcas contextuais, admitindo a humanidade inteira como portadora de valores que contribuem para o entendimento da doutrina de fé e da missão. O Papa Francisco deu continuidade a esse esforço dialogal, continuando a proposta reformadora do Concílio, integrando cada vez mais a Igreja nas sociedades atuais e assumindo pautas que são prementes para a vida humana e da criação. É nesse sentido que, no nível *ad intra*, se destacam as propostas de reformas estruturais e da sinodalidade como a natureza da Igreja e da missão. O método da conversação espiritual do sínodo sobre a sinodalidade possibilita uma sincera escuta mútua e um discernimento conjunto dos caminhos da Igreja no mundo atual.

Esse diálogo interno faz com que a Igreja esteja mais bem preparada para dialogar com as diversas realidades *ad extra*, no mundo das culturas, das ciências, das diferentes

Igrejas e religiões. E então, a Igreja contribui significativamente para o diálogo entre as pessoas, os povos, suas culturas e suas expressões de fé. Sobretudo em contextos em que se alimentam posturas socioculturais, políticas e religiosas de perspectiva fundamentalista, exclusivista, xenofóbica, considerando as alteridades mais como ameaças do que possibilidades para enriquecimento da própria identidade cultural e religiosa, a proposta dialógica do concílio, continuada no magistério de Francisco, torna-se profética. Ela aponta para caminhos de superação das divisões existentes na humanidade e a convivência pacífica das diferenças. O que se busca é um mundo de justiça, liberdade e paz, que promove a dignidade de todas as formas de vida, humana e da criação. E para isso, muito contribui a missão de uma “Igreja ponte” de aproximação e cooperação social, ecumênica e inter-religiosa, que afirma a “cultura do diálogo” como fundamental para a construção da fraternidade humana universal e para o cuidado da vida na/da Casa Comum.

REFERÊNCIAS

AJUDA A IGREJA QUE SOFRE - ACN-BRASI. “**Relatório sobre a liberdade religiosa — 2021**”. Disponível em <https://www.acn.org.br/principais-conclusoes-do-relatorio-de-liberdade-religiosa-no-mundo-2021>. Acesso em: 03 out. 2024.

BENTO XVI, Papa. **Carta encíclica *Caritas in Veritate***, São Paulo: Paulinas, 2009.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**, tradução em língua portuguesa diretamente dos originais, São Paulo: Paulus, 14^a impressão, 2020. p. 2206.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. **Educar al diálogo intercultural en la escuela católica. Vivir juntos para una civilización del amor, 2013**.

Disponível em:

https://www.vatican.va/content/dam/wss/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20131028_dialogo-interculturale_sp.html. Acesso em: 27 set. 2024.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. 2. ed. Brasília, CNBB, São Paulo: Paulinas, 2007.

CONSTITUIÇÃO dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965, **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, Petrópolis: Vozes, 2015. p. 121-139.

CONSTITUIÇÃO dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja. In: CONCÍLIO VATICANO, 2, 1962-1965. **Compêndio Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 39-114.

CONSTITUIÇÃO Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965. **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 143-256.

DECLARAÇÃO *Dignitatis humanae* sobre a liberdade religiosa, In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965, **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, Petrópolis: Vozes, 2015. p. 600-616.

DECLARAÇÃO *Nostra Aetate* sobre a relação da Igreja com as religiões não - cristãs. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965, **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, Petrópolis: Vozes, 2015. p. 619-625.

DECRETO *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965, **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 352-399.

DECRETO *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo. In: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965, **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, 31ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 309-332.

DECRETO. *Christus Dominus* sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja. In: **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos, declarações. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 403-436.

DECRETO *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, in: CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO, 2, 1962-1965. **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, Petrópolis: Vozes, 2015. p. 440-483.

DISCATÉRIO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, **Vademecum, Pacto Educativo Global**. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/vademecum-portuges.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica *Fratelli Tutti***, sobre a fraternidade e a amizade social, São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa Francisco à cúria romana na apresentação de votos natalício**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/december/documents/papa-francesco_20191221_curia-romana.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. Carta Encíclica, ***Evangelii Gaudium (EG)***. A alegria do evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal ***Christus Vivit (ChV)***: aos jovens e a todo o povo de Deus. São Paulo: Paulinas, 2019.

FRANCISCO, Papa. ***Laudato si' (LS)***: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa **Discurso no final da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-amazônica**. Roma, 26, out. 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/october/documents/papa-francesco_20191026_chiusura-sinodo.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

FRANCISCO. (Papa). **Discurso no encontro inter-religioso e ecumênico em prol da paz em Bangladesh** (01/12/2017) Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171201_viaggioapostolico-bangladesh-pace.html. Acesso em: 05 jun. 2018.

FRANCISCO, Papa. **Discurso por ocasião da comemoração do cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos** Roma, 17 out. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 27 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do santo padre aos participantes na conferência internacional em prol da paz**, Cairo – Centro de Conferências Al-Azhar Sexta-feira, 28 de abril de 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-conferenza-pace.html. Acesso em: 24 out. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Saudação aos participantes da reunião entre o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso e a Comissão Palestina para o Diálogo Inter-religioso** (06/12/2017). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171206_dialogo-interreligioso.html. Acesso em: 30 mai. 2018.

FRANCISCO, Papa. **Discurso no encontro interreligioso nos Emirados Árabes** (04/02/2019a). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2019/2/4/incontro-interreligioso.html>. Acesso em: 26 set. 2024.

FRANCISCO; AL-TAYYEB, Al-Azhar Ahmad. **Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum**. *Vatican va*. 04 Fev. 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html. Acesso em: 26 set. 2024.

FRANCISCO, Papa. “Mensagem do Papa Francisco para o lançamento do Pacto Educativo Global” – 12 set. 2019b. Em: **Pacto Educativo Global – Vademecum**. Disponível em: <https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Vademecum-Portuges-para-a-web-1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HAIGHT, Roger. **Jesus, Símbolo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2003.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica ***Ut Unum Sint***, São Paulo, Loyola, 1995.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica ***Redemptoris Missio*** A Validade Permanente do Mandato Missionário. São Paulo: Paulinas, 1991.

JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação pós apostólica Ecclesia in Oceania*. 22 nov. 2001. https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_20011122_ecclesia-in-oceania.html. Acesso em: 26 set. 2024.

JOÃO XXIII. Convocação apostólica com a qual é convocado o Concílio Ecumênico Vaticano II. In **Compêndio do Vaticano II**, Constituições, decretos declarações, 31^a Ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 9-18.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso de sua santidade Papa João XXIII na abertura solene do ss. Concílio, Ecumênico Vaticano II**, 11 de outubro de 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 10 ago. 2025.

KNITTER, Paul. **Introdução às teologias das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2008.

LEVINÀS, Emmanuel. ***Le temps et l'autre***. Paris: Arthaud, 1947; *Totalidade e infinito*. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1988; *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad.: Pergentino S. Pivatto (coord). Petrópolis: Vozes, 1997.

LYOTARD, Jean-François. ***La Condition postmoderne: rapport sur le savoir***. Paris: Minuit, 1979.

MOUNIER, Emmanuel. **O personalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

PAULO VI, Papa, Carta Encíclica ***Ecclesiam Suam***, sobre Os Caminhos Da Igreja, São Paulo: Paulinas, 1964.

QUEIRUGA, Andrés Torres. **Repensar a revelação**: a revelação divina na realização humana. São Paulo: Paulinas, 2010.

RIBEIRO, Claudio, Oliveira, **Pluralismo e libertação**, São Paulo: Paulinas, 2014.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. **O princípio pluralista**. São Paulo: Loyola, 2020.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. **Documento Preparatório do Sínodo para a Amazônia**. Vatican.va. 08 jun. 2018. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-preparatorio.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. ***Instrumentum laboris* do Sínodo para a Amazônia**. Vatican.com 17 jun. 2019. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/instrumentum-laboris-do-sinodo-amazonico.html>. Acesso em: 27 set. 2024.

SECRETARIADO PARA OS NÃO CRISTÃOS. Igreja e as outras religiões: **Diálogo e Missão**. São Paulo: Paulinas, 1984.

SUESS, Paulo. **Introdução à teologia da Missão:** convocar e enviar: Servos e testemunhas do Reino. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

USARSKI, Flank, **A construção do Diálogo:** o Concílio Vaticano II e as religiões, São Paulo: Paulinas, 2018.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso.** *Para uma releitura pluralista do cristianismo.* São Paulo: Paulus, 2006.

WOLFF, Elias, **A unidade da Igreja:** ensaio de eclesiologia Ecumênica, São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, Elias. **Caminhos de diálogo para uma Igreja em saída.** Petrópolis: Vozes, 2023.

WOLFF, Elias. **Igreja em Diálogo,** São Paulo: Paulinas, 2018.

Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Contribuição na coautoria: Concepção e planejamento do estudo: DGS, EW. Coleta, análise e interpretação dos dados: DGS, EW. Elaboração ou revisão do manuscrito: DGS, EW. Aprovação da versão final: DGS, EW. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo: DGS.

Conflito de interesses: Os coautores declaram não haver conflitos de interesses.

Recebido em: 05-04-2025.

Aprovado em: 24-10-2025.

Editor de seção: Moisés Sbardelotto.